



SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.

C.N.P.J. nº 02.886.838/0001-50

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO 2022

Table with 2 main sections: BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 and DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021. Includes columns for Notas, 2022, 2021, and Consolidado.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Table showing changes in equity components from 2021 to 2022, including reserves, profits, and adjustments.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

1. Contexto operacional: A Solvi Participações S.A. ("Companhia" ou "Solví Participações"), entidade controladora direta do Grupo Solvi, por meio de sua controlada direta Solvi Essencis Ambiental S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida Gonçalves Moreira, 400 - Jaguaré, município de São Paulo - SP.

Table with 5 columns: Empresas, Atividade principal, Local principal de operação, Classificação, and Participação % 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

1.2 Reestruturação societária: 12.1 Ocorridas em 2022: a. Solvi Essencis Ambiental S.A. Em 30 de junho de 2022, a Companhia realizou um aporte de ativos líquidos na sua controlada direta Solvi Essencis Ambiental S.A. (denominada "Solvi Essencis"), um acordo de troca histórico constituído no valor de R\$152.186, por meio da qual a Solvi Essencis passou a controlar os investimentos que estão detalhados na nota explicativa 14.

1.2 Reestruturação societária: 12.2 Ocorridas em 2022: a. Solvi Essencis Ambiental S.A. Em 30 de junho de 2022, a Companhia realizou um aporte de ativos líquidos na sua controlada direta Solvi Essencis Ambiental S.A. (denominada "Solvi Essencis"), um acordo de troca histórico constituído no valor de R\$152.186, por meio da qual a Solvi Essencis passou a controlar os investimentos que estão detalhados na nota explicativa 14.

1.2 Reestruturação societária: 12.2 Ocorridas em 2022: b. Geo Emergência Ambiental Ltda. ("Geo"): A Controlada Geo Emergência é pioneira no sul do país na prestação de serviços de Atendimento a Emergências Ambientais. Possui uma equipe de profissionais qualificados e treinados, dentro das exigências da legislação ambiental em vigor. Além disso, possui equipamentos compatíveis e modernos para garantir a agilidade, eficácia e segurança no atendimento a emergências.

1.2 Reestruturação societária: 12.2 Ocorridas em 2022: b. Geo Emergência Ambiental Ltda. ("Geo"): A Controlada Geo Emergência é pioneira no sul do país na prestação de serviços de Atendimento a Emergências Ambientais. Possui uma equipe de profissionais qualificados e treinados, dentro das exigências da legislação ambiental em vigor.

1.2 Reestruturação societária: 12.2 Ocorridas em 2022: b. Geo Emergência Ambiental Ltda. ("Geo"): A Controlada Geo Emergência é pioneira no sul do país na prestação de serviços de Atendimento a Emergências Ambientais. Possui uma equipe de profissionais qualificados e treinados, dentro das exigências da legislação ambiental em vigor.

Table with 2 main sections: DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 and DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Table showing consolidated results for 2022 and 2021, including operating results, adjustments, and tax impacts.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Table showing cash flow statements for 2022 and 2021, categorized into operating, investing, and financing activities.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Solvi Participações S.A. ("Companhia" ou "Solví Participações"), entidade controladora direta do Grupo Solvi, por meio de sua controlada direta Solvi Essencis Ambiental S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida Gonçalves Moreira, 400 - Jaguaré, município de São Paulo - SP.

1.2 Reestruturação societária: 12.1 Ocorridas em 2022: a. Solvi Essencis Ambiental S.A. Em 30 de junho de 2022, a Companhia realizou um aporte de ativos líquidos na sua controlada direta Solvi Essencis Ambiental S.A. (denominada "Solvi Essencis"), um acordo de troca histórico constituído no valor de R\$152.186, por meio da qual a Solvi Essencis passou a controlar os investimentos que estão detalhados na nota explicativa 14.

1.2 Reestruturação societária: 12.2 Ocorridas em 2022: a. Solvi Essencis Ambiental S.A. Em 30 de junho de 2022, a Companhia realizou um aporte de ativos líquidos na sua controlada direta Solvi Essencis Ambiental S.A. (denominada "Solvi Essencis"), um acordo de troca histórico constituído no valor de R\$152.186, por meio da qual a Solvi Essencis passou a controlar os investimentos que estão detalhados na nota explicativa 14.

1.2 Reestruturação societária: 12.2 Ocorridas em 2022: b. Geo Emergência Ambiental Ltda. ("Geo"): A Controlada Geo Emergência é pioneira no sul do país na prestação de serviços de Atendimento a Emergências Ambientais. Possui uma equipe de profissionais qualificados e treinados, dentro das exigências da legislação ambiental em vigor.

1.2 Reestruturação societária: 12.2 Ocorridas em 2022: b. Geo Emergência Ambiental Ltda. ("Geo"): A Controlada Geo Emergência é pioneira no sul do país na prestação de serviços de Atendimento a Emergências Ambientais. Possui uma equipe de profissionais qualificados e treinados, dentro das exigências da legislação ambiental em vigor.

das e de sua fidelidade à equação econômico-financeira inicial do contrato a cada 5 anos da concessão, foi contratado pela AMULRRB um estudo independente para apuração do valor do desequilíbrio existente. Em 26 de dezembro de 2012, foi celebrada entre as partes o Termo de Compromisso Ambiental ("TCA 2012"), que readequou a tarifa e marcos contratuais e, adicionalmente, em função de eventos ocorridos entre os anos 2010 e 2012, 8ª e 9ª anual da concessão, também estabeleceu um reajuste extraordinário adicional de 3% a ser aplicado a partir de 13 de maio de 2012. Paralelamente, no mesmo ano de 2012, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo ("TCM-SP") deu início a uma série de processos de auditoria voltados ao acompanhamento da execução do contrato de concessão e, em 13 de maio de 2016, em decisão monocrática e liminar, determinou à AMULRRB que se absteresse de fazer a aplicação do reajuste acordado para outubro de 2010. Finalmente, em 2 de setembro de 2020, o TCM de São Paulo, tendo em vista a análise procedida nos estudos realizados, o resultado de reuniões de mesas técnicas, e da contratação de consultores independentes, bem como das informações e esclarecimentos prestados pela AMULRRB, houve por bem revogar a citada medida liminar, com o que se consumou o direito inconstitucional da LDO ao recebimento do crédito originário de referido desequilíbrio. Entretanto, tendo em vista que, até o momento, não há indicação da SP-REGULA, atual agência reguladora do Contrato de Concessão, sobre o prazo e a forma como tal direito, retroativo a outubro de 2010, será recebido pela LDO, como consequência direta da aplicação das normas em vigor, o assunto permanece pendente para o ano de 2022. **20** **Vega Engenharia Ambiental S.A. ("Sursucal Bolívar"):** Em fevereiro de 2022, a Administração da Sursucal Bolívar da controlada indireta Vega Engenharia Ambiental, considerando o término do prazo do único contrato do qual era titular, em alinhamento com a Administração da Vega, estruturou o plano de encerramento das atividades da Sursucal, que seria implementado nos meses seguintes. No entanto, em abril de 2022, a Sursucal assinou com a contratante Emcor um aditivo ao contrato de mais 8 meses, dando continuidade à prestação dos serviços até o mês de dezembro de 2022. À data de emissão destas demonstrações financeiras, não há previsão de execução de novos serviços ou de assinatura de novo contrato com o mesmo ou outro cliente, o que sustentou o posicionamento da Administração no sentido do encerramento de atividades da Sursucal, com a consequente adoção da base contábil de liquidação. Em 31 de dezembro de 2022, tiveram pendidas de execução as obrigações com os clientes para receber no valor de R\$ 35,5 milhões. A Administração da Sursucal não espera perdas na realização desses contratos, cujo prazo de recebimento pode ser afetado pelo que pode fazer com que, em parte ao menos, dependa de processos que tramitam sob os ritos cabíveis naquele país. A Sursucal possuía ainda, na mesma data, contas a pagar a fornecedores no valor de R\$ 17,515 mil. **14 Operações Gramacho e seus reflexos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Guamá operou a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos - CPTIR Marituba-Pará (Aterro Marituba) no Aterro Marituba iniciou suas atividades em 2016 e ofereceu solução para a destinação final de resíduos domiciliares dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba no Estado do Pará. O Aterro Marituba é o primeiro aterro sanitário da Região Norte e sua abertura permitiu a destinação final de resíduos anteriormente destinados ao "Lixo do Auruá", atendendo a Vigente Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS. Em razão de custos de natureza ambiental vinculados à operação do Aterro Marituba, a Guamá, suas controladoras e alguns ex-ecutivos e ex-empregados dessas entidades relatando na NE nº 21. Em sua defesa, a Guamá demonstra que com base em laudos de consultores especializados em meio ambiente e saúde, não houve contaminação atmosférica, de solo ou de águas e tampouco aumento de incidência de doenças que pudesse ser atribuído a uma contaminação causada pelo Aterro Marituba- frismans, não constatada pelos especialistas. Atualmente, a operação do Aterro Marituba mudou de Acordo firmado em agosto de 2021 ("Acordo"), em processo estrutural tramitado perante o Tribunal de Justiça do Estado do Pará ("TJPA"), com a participação do Estado do Pará - PGP/Pará, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, Procuradoria-Geral do Estado do Pará - PGE/Pará, das Prefeituras de Ananindeua e Belém, e da própria Guamá. Pelo Acordo, coube à Guamá a obrigação de recebimento dos resíduos das referidas municipalidades até 31 ago.2023 e após em sites públicos as nomeadas "medidas para implantação de nova solução de tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos". Entretanto as obrigações previstas aos entes públicos pouco evoluíram, de modo que ainda não há outro aterro sanitário em operação que possa receber os resíduos ora destinados ao Aterro de Marituba e que possam receber o lixo produzido em construção ou projeto com licença de instalação concedida, de modo que a Administração acredita que seja provável o advento de uma nova determinação judicial de continuidade do recebimento de resíduos na Guamá. **15 Efeitos do Covid-19:** Companhia atravessou os meses transcurridos desde o início da pandemia do Covid-19 sem alterações relevantes em suas receitas, resultados e geração de caixa o que decorre do caráter de essencialidade de suas atividades. Fato que heu pequeno decréscimo do volume da atividade de disposição de resíduos industriais, devido à diminuição do nível de atividade produtiva de clientes de determinados ramos da indústria. Igualmente ocorreu com a coleta de resíduos comerciais, por sua vez, foi atingida pela redução de atividades do comércio e serviços.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras individuais e consolidadas: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. As informações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 25 de abril de 2023. **2.2 Base de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas correspondem às demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle obteve quando estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. **2.3 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo Solvi e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando o Grupo Solvi estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo Solvi controla uma investida se, e apenas se, tiver: (a) capacidade de exercer influência significativa sobre a investida, incluindo a capacidade de dirigir as atividades operacionais da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que a maioria de diretores de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo Solvi tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo Solvi considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • o Acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo Solvi (investidor). O Grupo Solvi avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a investida finaliza suas operações e suas atividades econômicas são integradas às do Grupo Solvi sob o mesmo controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo Solvi obtiver controle até a data em que o Grupo Solvi decide de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Solvi, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo Solvi. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo Solvi, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo Solvi perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos e passivos, incluindo o reconhecimento de despesas de transação, e o Grupo Solvi reconhece o resultado líquido a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. **Controladas:** Controladas em conjunto e coligadas: Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Vide nota 14.2, **Controladora do Grupo Solvi:** A controladora ("holding") do Grupo Solvi é a Solvi Participações S.A., sediada no Brasil, detém 100% das ações ordinárias do Grupo Solvi Essencial (2022: 100%). **2.4 Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas relativas a não, derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações de investimentos registradas por equivalência patrimonial são totalmente eliminados. Um segmento operacional é um componente de entidade: (a) que desenvolve atividade de negócio das quais pode obter benefícios e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da mesma entidade); (b) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (c) para o qual haja informação financeira individualizada disponível. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais que é o Conselho de Administração, na qual análise inclui da demonstração de lucros ou perdas e outros resultados abrangentes. O Conselho de Administração considera toda a Companhia como um único segmento operacional e reportável (maneira de resumo sólidos), todos os relacionamentos de administração, incluindo o Conselho de administração, mantidos com base em informações disponíveis sobre a alocação de recursos, planejamento financeiro e estratégico e avaliação de desempenho com base em um único segmento operacional. O Conselho de Administração analisa os dados financeiros reportáveis para a Companhia e suas controladas. A receita, os resultados e os ativos da Companhia para este segmento reportável podem ser determinados por referência pelas demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente e balanço patrimonial. **2.6 Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua liquidação do passivo seja realizada no decorso normal do ciclo operacional. Caso contrário, o ativo é classificado como não circulante. Um passivo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito inconstitucional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da controladora, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.7 Contas a receber de clientes e perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decorso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é superior a 12 meses, as contas a receber são classificadas no ativo não circulante. Casos em que as contas a receber são classificadas como não circulantes, incluem: • Contas a receber de clientes com prazo de recebimento superior a 12 meses, menos as perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber. **2.8 Receita de contratos com clientes:** A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem o controle dos serviços ou produtos para os clientes, em um valor que reflète a contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em troca desses serviços. A Companhia e suas controladas concluem que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controlam os serviços antes de transferir-lhos para o cliente. O Grupo Solvi aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas: 1- identificação dos contratos com o cliente; 2- identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; 3- determinação do preço da transação; 4- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e 5- reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. Abaixo estão demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. **2.9 Receita de serviços prestados - Resíduos:** As receitas relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas no regime de competência, com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, menos, de acordo com os parâmetros de mensuração e preços estabelecidos em cada contrato. • **Venda de Biogás:** O biogás vendido é utilizado como combustível para geração de energia limpa e sustentável em termelétrica a biogás de aterro. A Companhia reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de biogás, que é médio através de um relógio instalado nos dutos de captação de biogás dos aterros, gerando um relatório de medição para a aprovação do cliente. • **Venda de crédito de carbono:** As receitas provenientes da venda de créditos de carbono, advindas da geração de créditos de carbono por meio da queima controlada de biogás. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita apenas na efetiva transferência dos créditos de carbono ao cliente, que somente é concretizada após a emissão das RCE's (Reduções Certificadas de Emissões). • **Manufatura reversa:** As receitas de manufatura reversam advém do processo de destruição/descaracterização de produtos e equipamentos eletrônicos, como placas eletrônicas e catalisadores automotivos, a fim de se separar seus componentes, como metais e outros insumos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita apenas na efetiva entrega dos materiais vendidos ao cliente. • **Geração de energia:** As receitas com a venda de energia elétrica advém da geração de energia limpa e sustentável, que utiliza como combustível o biogás de aterros sanitários. As receitas são reconhecidas no momento em que os diretores sobre a energia são transferidos para um cliente. **2.10 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem o reconhecimento de juros sobre créditos financeiros, variações no valor de ativos financeiros mensurados ao valor justo e ganhos ou perdas decorrentes da aplicação de instrumentos financeiros. As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos, títulos emitidos e juros efetivos. Os ativos e passivos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos. **2.11 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado. **2.12 Aplicação da norma de contabilidade e evidenciamento de economia hiperinflacionária:** Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciamento em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações e entidades do Grupo Solvi na Argentina, considerando os efeitos da hiperinflação, a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação). A classificação da Argentina como economia hiperinflacionária continua vigente até a emissão destas demonstrações financeiras. De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compra da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade, cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, devem ser expressas em termos de unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. O Grupo Solvi mantém o reconhecimento da norma de contabilidade e evidenciamento em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passivo a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações e entidades do Grupo Solvi no método da equivalência patrimonial, resultando em impactos de uma perda de R\$227,41 em 31 de dezembro de 2022 refletidos na controladora do Grupo Solvi, a "Solvi Participações" (ignora de R\$3,785 em 2021). **2.13 Benefícios a empregados:** • **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. • **Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas no custo de venda de produtos e serviços, exceto quando a contribuição é paga diretamente para o plano de contribuição. • **Participação nos lucros:** A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração. • **Assistência médica:** A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários e seus dependentes legais, cuja lei 9.556/98 estabelece regras sobre os planos e seguros privados de assistência médica. Para a continuidade da cobertura do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribuiu ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assumia integralmente as suas contribuições (incluindo da parte da empresa), quando do seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício é condicionado à permanência do colaborador no regime de previdência da aposentadoria e, que tenha contribuído para o plano coletivo de assistência médica em todas as modalidades do plano coletivo de assistência médica. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Em ambos os tipos de benefícios (Aposentadoria ou Desligamento Sem Justa Causa), os custos são integralmente arcados pelos empregados. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação

SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.

C.N.P.J. nº 02.886.838/0001-50

ocorre. **2.14 Tributos e encargos sociais a reinos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo da contribuição social limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto diferido não reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou, à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **2.15 Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar estimado com base no lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. **2.16 Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores apurados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais o ativo será utilizado. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revistos a cada data do balanço e são baixados na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam utilizados para compensar os passivos fiscais correntes. Quando os tributos sobre vendas inscritos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber e o pagar no balanço patrimonial. **2.18 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • Matérias-primas (almoxarifado) - custo de aquisição seguido de custo médio; e • Produtos acabados e em elaboração (sacata) - custo dos materiais diretos e mão de obra. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda na curva normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. **2.19 Imobilizado:** (a) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis são determinadas com base na experiência e expectativas da administração. (d) **Reconhecimento e mensuração:** O valor do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (b) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. (c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada ao preço de aquisição. Os custos de itens de depreciação são reconhecidos no resultado. A depreciação é geralmente reconhecida

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

moeda diferente da moeda funcional do Grupo Solvi) e aos investimentos líquidos do Grupo Solvi em controladas no exterior. As operações efetuadas pelo Grupo Solvi no mercado interno não são afetadas pela variação cambial. As operações originadas das controladas diretas e indiretas no exterior são realizadas em outras moedas diferentes do Real e estão expostas ao risco de variação cambial. Esse risco é limitado aos valores reconhecidos pelo Grupo Solvi em investimentos e resultado de equivalência patrimonial. Abaixo apresentamos os principais valores na moeda funcional, que poderão sofrer alterações decorrentes da flutuação da cotação das moedas: novo sol peruano (SOL), boliviano (BOL) e peso argentino (ARS).

	31 de dezembro de 2022					
	Vega		Cia			
	Sucursal	Sucursal	Sucursal	Cia de	Innova	Vega
	Peru	Bolivia	Argentina	Inversiones	Peru	Peru
Ativo	1.183	149.640	35.234	145.973	138.201	135.075
Ativo circulante	1.104	135.606	7.929	5.010	94.419	69.659
Ativo não circulante	33	13.854	-	63.911	3.442	15.180
Ativo permanente	46	-	27.305	77.052	40.340	50.246
Passivo	1.183	149.640	35.234	145.973	138.201	135.075
Passivo circulante	26.892	124.111	-	7.479	73.613	3.204
Passivo não circulante	7.029	-	4.506	7.34	5.672	61.379
Exposição	(32.738)	25.349	30.443	144.790	58.916	70.422
Moeda local	SOL	BOB	ARS	SOL	SOL	SOL

	31 de dezembro de 2021					
	Vega		Cia			
	Sucursal	Sucursal	Sucursal	Cia de	Innova	Vega
	Peru	Bolivia	Argentina	Inversiones	Peru	Peru
Ativo	515	161.806	31.078	125.729	138.573	112.241
Ativo circulante	448	141.537	4.588	5.209	100.734	49.916
Ativo não circulante	-	18.312	-	66.771	779	13.187
Ativo permanente	67	1.957	26.490	53.749	37.660	49.138
Passivo	515	161.806	31.078	125.729	138.573	112.241
Passivo circulante	16.660	132.994	2.778	1.373	73.489	63.378
Passivo não circulante	14.892	-	4.500	7.965	2.132	21.322
Exposição	(33.147)	28.812	26.299	124.356	57.119	46.731
Moeda local	SOL	BOB	ARS	SOL	SOL	SOL

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas nos períodos indicados abaixo:

Cotações em relação ao R\$	2022			
	Final	Média	Final	Média
Sol Peruano (SOL)	1,38	1,35	1,4	1,39
Boliviano (BOB)	0,76	0,76	0,82	0,79
Peso argentino (ARS)	0,03	0,04	0,05	0,06

Análise de sensibilidade

Uma valorização (ou desvalorização) do peso argentino, dólar norte-americano, sol peruano e boliviano contra o Real afeta a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e aumenta (ou reduz) o patrimônio, cuja sensibilidade é apresentada considerando o cenário abaixo. O cenário I é considerado o cenário do Grupo Solvi com o mais provável, considerando a manutenção dos saldos e os cenários II e III foram estimados com uma valorização dos câmbios de 25% e 50% respectivamente. Já os cenários IV e V estimam a desvalorização dos câmbios de 25% e 50%, respectivamente, em acordo com os montantes demonstrados abaixo:

Exposição Patrimonial	Consolidado - 31 de dezembro de 2022					
	em relação ao R\$	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
SOL	241.390	0,73	241.390	301.738	362.085	(301.738) (362.085)
BOB	25.349	1,31	25.349	31.686	38.024	(31.686) (38.024)
ARS	30.443	33,78	30.443	38.061	45.674	(38.061) (45.674)
Efeito			297.188	445.783	(371.485)	(445.783)

Exposição Patrimonial	Consolidado - 31 de dezembro de 2021					
	em relação ao R\$	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
SOL	195.059	0,71	195.059	243.824	292.589	(243.824) (292.589)
BOB	28.812	1,22	28.812	36.015	43.218	(36.015) (43.218)
ARS	26.299	20,00	26.299	32.874	39.449	(32.874) (39.449)
Efeito			250.170	312.713	(375.256)	(312.713) (375.256)

Esta análise é baseada em hipótese que o Grupo Solvi considera para a variação das taxas de câmbio das moedas dos países em que o Grupo Solvi opera, considerando um ganho no resultado pela valorização do Real ou uma perda no resultado pela desvalorização do Real, perante as demais moedas. **c. Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros do Grupo Solvi decorre substancialmente de instrumentos financeiros expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TJLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) classificados nas rubricas da caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário I o caso o mais provável, sendo neste cenário as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização das taxas de juros pós-fixadas de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização destas taxas em 25% e 50%, respectivamente.

Exposição Patrimonial	Consolidado					
	Taxa pós-fixada em R\$	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	13.048	13,048	445	891	(445)	(891)
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	266	CDI e TJLP	266	13	27	(13)
Efeito no resultado	13.314		13.314	458	918	(458) (918)

Exposição Patrimonial	Consolidado					
	Taxa pós-fixada em R\$	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	340.005	340,005	11.603	23.205	(11.603)	(23.205)
Títulos e valores mobiliários (7)	15.254	CDI, TJLP e IPCA	15.254	521	1.041	(521) (1.041)
Empréstimos, financiamentos (nota 19)	430.428	IPCA	430.428	21.564	43.129	(21.564) (43.129)
Debêntures (nota 20)	1.070.075	IPCA	1.070.075	36.516	73.033	(36.516) (73.033)
Efeito no resultado	1.855.762		1.855.762	70.204	140.408	(70.204) (140.408)

Exposição Patrimonial	Consolidado					
	Taxa pós-fixada em R\$	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	2.906	2,906	67	134	(67)	(134)
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	1.850	CDI e TJLP	1.850	45	90	(45) (90)
Debêntures (nota 20)	659.660	IPCA	659.660	15.255	30.509	(15.255) (30.509)
Efeito no resultado	664.416		664.416	15.367	30.733	(15.367) (30.733)

Exposição Patrimonial	Consolidado					
	Taxa pós-fixada em R\$	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	208.460	208,460	4.821	9.641	(4.821)	(9.641)
Títulos e valores mobiliários (6)	18.384	CDI, TJLP e IPCA	18.384	425	850	(425) (850)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	450.562	IPCA	450.562	22.553	45.106	(22.553) (45.106)
Debêntures (nota 20)	660.416	IPCA	660.416	15.272	30.544	(15.272) (30.544)
Efeito no resultado	1.337.822		1.337.822	43.071	86.141	(43.071) (86.141)

O Grupo Solvi monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir uma dívida. **d. Risco de preços:** Nos contratos de concessão/PPP e nos contratos com municípios firmados sob legislação vigente, os preços dos serviços prestados são reajustados anualmente com base na variação de um índice de preços ou de uma fórmula paramétrica que leva em consideração a inflação dos custos dos insumos necessários à prestação dos serviços, que constituem o objeto contratado. Os contratos contêm também cláusulas compensatórias ao direito legal do contratado à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. **e. Risco em contratos públicos:** O risco de contrato de concessão está atrelado a possíveis falhas no cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como ao respeito aos direitos por parte do contratante. **f. Concentração de receitas:** Conforme comentado anteriormente, parte das receitas com prestações de serviços é advinda de controladas constituídas com o propósito específico de executar serviços de limpeza, de coleta, tratamento e destinação final de resíduos para uma única municipalidade, possuindo, portanto, um único cliente. Por se tratar de serviços essenciais, o risco do Grupo Solvi deixar de receber de seus clientes pode ser considerado baixo. Atrasos temporários de recebimento por questões de caixa ou organizacionais dos contratantes podem ocorrer, mas o Grupo Solvi não sofreu, nos períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, perdas relevantes de créditos de clientes públicos. **g. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco do Grupo Solvi incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma controlada em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo Solvi (Linha NE nº 8). Para mitigar o risco de possibilidade do Grupo Solvi ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, o Grupo Solvi adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Em relação as contas a receber de clientes, a composição representa 51% privados e 49% públicos. O Grupo Solvi realiza uma análise de liquidez do potencial contratante antes de formalizar sua proposta em processo licitatório, a fim de minimizar o risco de crédito no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para decorrer de seus clientes, o Grupo Solvi limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de vencimento e ações de cobrança que sejam à suspensão do serviço prestado a partir de determinado número de dias de inadimplência. A diversificação da carteira de clientes contribui adicionalmente, para a mitigação do risco de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa					Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.048	2.906	340.005	208.460	6	13.048	2.906	208.460
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	15.254	18.384	7	-	-	15.254
Contas a receber de clientes	8	-	3.736	669.947	648.891	8	-	3.736	669.947
Dividendos a receber	12	43.341	44.900	4.316	7.421	12	43.341	44.900	4.316
Mútuos a receber partes relacionadas	22	10.320	12.356	6.425	13.234	22	10.320	12.356	6.425
Ativo financeiro de concessão	35	-	-	15.751	21.286	35	-	-	15.751
Outras contas a receber	9	3.738	15.142	30.695	56.998	9	3.738	15.142	30.695
		70.447	79.040	1.082.393	973.774		70.447	79.040	1.082.393

	Controladora					Valor contábil
	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	
En 31 de dezembro de 2022	vencer	60 dias	90 dias	180 dias	360 dias	PCLD
Caixa e equivalentes de caixa	13.048	-	-	-	-	13.048
Dividendos a receber	43.341	-	-	-	-	43.341
Mútuos a receber partes relacionadas	-	-	-	10.320	-	10.320
Outras contas a receber	325	-	-	3.413	-	3.738
	56.714	-	-	13.733	-	70.447

	Controladora					Valor contábil
	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	
En 31 de dezembro de 2021	vencer	60 dias	90 dias	180 dias	360 dias	PCLD
Caixa e equivalentes de caixa	2.906	-	-	-	-	2.906
Contas a receber de clientes	0.056	234	28	27	391	-
Dividendos a receber	44.900	-	-	-	-	44.900
Mútuos a receber partes relacionadas	500	-	-	-	11.856	-
Outras contas a receber	5.206	-	-	-	9.936	-
	56.568	234	28	27	391	21.792

	Consolidado					Valor contábil
	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	
En 31 de dezembro de 2022	vencer	60 dias	90 dias	180 dias	360 dias	PCLD
Caixa e equivalentes de caixa	2.906	-	-	-	-	2.906
Contas a receber de clientes	0.056	234	28	27	391	-
Dividendos a receber	44.900	-	-	-	-	44.900
Mútuos a receber partes relacionadas	500	-	-	-	11.856	-
Outras contas a receber	5.206	-	-	-	9.936	-
	768.788	60.292	5.423	32.770	7.253	15.260

	Consolidado					Valor contábil
	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	
En 31 de dezembro de 2021	vencer	60 dias	90 dias	180 dias	360 dias	PCLD
Caixa e equivalentes de caixa	208.460	-	-	-	-	208.460
Títulos e valores mobiliários	15.254	-	-	-	-	15.254
Contas a receber de clientes	259.782	64.856	21.989	20.215	31.364	57.325
Dividendos a receber	6.582	-	-	-	-	6.582
Mútuos a receber partes relacionadas	5.824	-	-	-	-	11.856
Outras contas a receber	15.855	-	-	-	-	14.840
	768.788	60.292	5.423	32.770	7.253	15.260

	Controladora					Valor contábil
	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	
En 31 de dezembro de 2022	vencer	60 dias	90 dias	180 dias	360 dias	PCLD
Caixa e equivalentes de caixa	2.906	-	-	-	-	2.906
Contas a receber de clientes	0.056	234	28	27	391	-
Dividendos a receber	44.900	-	-	-	-	44.900
Mútuos a receber partes relacionadas	500	-	-	-	11.856	-
Outras contas a receber	5.206	-	-	-	9.936	-
	497.989	64.856	21.989	20.215	31.364	



SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.

C.N.P.J. nº 02.886.838/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangível: O saldo da controladora é composto como segue:

	Controladora				Saldo em 31/12/2021	Amortização 2022	Amortização 2021	Saldo em 31/12/2022
	Taxa média anual - %	Custo	Amortização	Líquido				
Software	20%	-	-	-	17.407	-	-	17.407
As mutações do intangível da controladora estão demonstradas conforme segue:								
	Controladora		Controladora		Saldo em 31/12/2021	Amortização 2022	Amortização 2021	Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reorganização Societária (*)	Saldo em 31/12/2022				
Custo	760	-	(760)	-	-	-	-	-
Licença e direito de uso	22.800	-	(22.800)	-	-	-	-	-
Software	13.443	-	(13.443)	-	-	-	-	-
Intangível em andamento	37.003	-	-	-	-	-	-	-
	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Reorganização Societária	Saldo em 31/12/2022	-	-	-	-
Licença e direito de uso	(534)	(276)	-	760	-	-	-	-
Software	(19.062)	(362)	-	19.424	-	-	-	-
	(19.596)	(588)	-	20.184	-	-	-	-
	17.407	(588)	-	(16.819)	-	-	-	-
	Controladora		Controladora		Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferência	Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferência	Saldo em 31/12/2021				
Custo	760	-	-	760	-	-	-	-
Licença e direito de uso	21.413	-	1.387	22.800	-	-	-	-
Software	-	14.830	-	13.443	-	-	-	-
Intangível em andamento	22.173	14.830	-	37.003	-	-	-	-
	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2021	-	-	-	-
Licença e direito de uso	(647)	113	-	(534)	-	-	-	-
Software	(17.520)	(1.542)	-	(19.062)	-	-	-	-
	(18.167)	(1.429)	-	(19.596)	-	-	-	-
	4.006	13.401	-	17.407	-	-	-	-

(*) Vide NE 1.2 refere-se ao aporte de capital de intangíveis da Solví Participações S.A para a Solví Essencis.

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Consolidado				Saldo em 2022	Saldo em 2021
	Taxa média anual - %	Custo	Amortização	Líquido		
Aterro e infraestrutura em aterros	10%	164.265	(140.969)	23.296	18.326	-
Infraestrutura em transbordos	10%	9.983	(7.004)	2.979	1.909	-
Edificações	3,11%	401	(26)	375	309	-
Beneficiárias em bens de terceiros	10%	3.168	(2.385)	783	821	-
Máquinas e equipamentos	10%	10.650	(8.787)	1.863	966	-
Veículos e equipamentos	20%	24.367	(24.247)	120	1.202	-
Intangível em andamento	-	24.087	-	24.087	21.615	-
Licença e direito de uso	3,33%	7.623	(5.240)	2.383	2.372	-
Carteira de clientes	4,83%	1.690	(1.347)	343	673	-
Software	20%	34.378	(29.231)	5.147	6.249	-
Direitos contratuais	6,71%	28.004	(12.054)	15.950	16.011	-
Mais valia de intangíveis:	-	69.143	(28.602)	40.541	44.337	-
Licença e direito de uso - mais valia	-	2.908	(1.126)	1.782	1.855	-
Metano gerado pelo aterro/projeto de biogás	-	358.685	(136.658)	222.027	233.659	-
Relacionamento de clientes	-	3.500	(1.245)	2.255	2.299	-
Destinação de chorume	-	742.852	(396.922)	345.930	352.603	-
Agio por expectativa de rentabilidade futura:	-	39.088	(23.454)	15.634	17.302	-
Solví Innova	-	398.721	-	398.721	398.721	-
CRVR	-	106.288	(3.763)	102.525	103.193	-
Loga	-	16.742	(8.930)	7.812	7.612	-
Piuaí Ambiental	-	10.122	-	10.122	10.122	-
Hera Ambiental S.A.	-	2.543	-	2.543	-	-
Essencis	-	6.051	-	6.051	6.051	-
Koleta	-	3.083	-	3.083	3.083	-
Ecosistema	-	4.250	-	4.250	4.250	-
Macacé	-	28.151	-	12.913	12.913	-
Ecolar	-	3.946	-	3.946	3.946	-
Incineriação	-	6.624	-	6.624	6.624	-
Remediação	-	3.729	-	3.729	3.729	-
Geo Emergência	-	1.148	-	1.148	1.148	-
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda	-	630.486	(57.260)	573.226	568.941	-
	-	1.373.338	(454.182)	919.156	921.544	-

O total intangível e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a ocupação do espaço disponível, com base no volume de resíduos efetivamente depositados, em relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela capacidade utilizável até o fim do contrato de concessão, dos dois o menor. Os demais intangíveis são amortizados pela vida útil ou de acordo com prazo de concessão, dos dois o menor. As mutações do intangível consolidado estão demonstradas conforme segue:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Combinação de negócios	Transferência	Varição cambial		
Custo	151.762	-	-	-	-	164.265	-
Aterro e infraestrutura em aterros	8.721	-	1.262	-	-	9.983	-
Infraestrutura em transbordos	3.175	-	82	-	(7)	3.168	-
Edificações	10.023	-	627	-	-	10.650	-
Beneficiárias em bens de terceiros	25.207	-	183	(1.023)	-	24.367	-
Máquinas e equipamentos	21.615	24.298	(21.826)	-	-	24.087	-
Veículos e equipamentos	7.623	-	38	-	-	7.661	-
Intangível em andamento	1.690	-	-	-	-	1.690	-
Licença e direito de uso	33.597	-	781	-	-	34.378	-
Carteira de clientes	26.431	-	1.573	-	-	28.004	-
Software	69.143	-	-	-	-	69.143	-
Direitos contratuais	2.908	-	-	-	-	2.908	-
Mais valia de intangíveis:	357.599	-	1.086	-	-	358.685	-
Licença e direito de uso - mais valia	3.500	-	-	-	-	3.500	-
Metano gerado pelo aterro/projeto de biogás	-	-	-	-	-	-	-
Relacionamento de clientes	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de chorume	-	-	-	-	-	-	-
Agio por expectativa de rentabilidade futura:	-	-	-	-	-	-	-
Solví	40.712	-	-	(1.624)	-	39.088	-
Innova	398.721	-	-	-	-	398.721	-
Essencis	106.288	-	-	-	-	106.288	-
CRVR	16.742	-	-	-	-	16.742	-
Loga	10.122	-	2.543	-	-	12.665	-
Piuaí Ambiental	6.051	-	-	-	-	6.051	-
Koleta	3.083	-	-	-	-	3.083	-
Ecosistema	4.250	-	-	-	-	4.250	-
Macacé	28.151	-	-	-	-	28.151	-
Ecolar	3.946	-	-	-	-	3.946	-
Incineriação	6.624	-	-	-	-	6.624	-
Remediação	3.729	-	-	-	-	3.729	-
Geo Emergência	1.148	-	-	-	-	1.148	-
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda	1.347.965	24.298	3.729	-	(2.654)	1.373.338	-
	1.347.965	24.298	3.729	-	(2.654)	1.373.338	-

Amortização

	Centrais de tratamento de resíduos - aterros					Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Combinação de negócios	Transferência	Varição cambial		
Aterro e infraestrutura em aterros	(133.437)	(7.532)	-	-	-	(140.969)	-
Infraestrutura em transbordos	(6.812)	(1.92)	-	-	-	(7.004)	-
Edificações	(10)	(16)	-	-	-	(26)	-
Beneficiárias em bens de terceiros	(2.354)	(31)	-	-	-	(2.385)	-
Máquinas e equipamentos	(9.057)	(195)	-	-	-	(9.252)	-
Veículos e equipamentos	(24.005)	(242)	-	-	-	(24.247)	-
Licença e direito de uso	(5.213)	(27)	-	-	-	(5.240)	-
Amortização de clientes	(1.017)	(330)	-	-	-	(1.347)	-
Software	(27.348)	(1.883)	-	-	-	(29.231)	-
Direitos contratuais	(10.420)	(1.634)	-	-	-	(12.054)	-
Mais valia de intangíveis:	(24.806)	(1.796)	-	-	-	(26.602)	-
Licença e direito de uso - mais valia	(1.053)	(73)	-	-	-	(1.126)	-
Metano gerado pelo aterro/projeto de biogás	(123.940)	(12.718)	-	-	-	(136.658)	-
Relacionamento de clientes	(1.201)	(45)	-	-	-	(1.246)	-
Destinação de chorume	-	-	-	-	-	-	-
Agio por expectativa de rentabilidade futura:	-	-	-	-	-	-	-
Solví	(23.410)	-	-	-	(44)	(23.454)	-
Cia	-	-	-	-	-	-	-
Revita	(3.095)	(668)	-	-	-	(3.763)	-
CRVR	(9.130)	(800)	-	-	-	(9.930)	-
Loga	(15.238)	-	-	-	-	(15.238)	-
Ecolar	(3.435)	-	-	-	-	(3.435)	-
Incineriação	(1.440)	-	-	-	-	(1.440)	-
Remediação	(426.421)	(28.182)	-	-	-	(454.603)	-
Líquido	921.544	(3.884)	3.729	-	(2.233)	919.156	-

	Consolidado					Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferência	Varição cambial	Variação acionário		
Custo	150.296	-	1.466	-	-	151.762	-
Aterro e infraestrutura em aterros	8.721	-	-	-	-	8.721	-
Infraestrutura em transbordos	13.966	-	-	-	(13.996)	-	
Sistema de esgoto	2.225	-	-	-	(2.225)	-	
Edificações	1.488	(135)	454	-	(1.488)	-	
Beneficiárias em bens de terceiros	3.175	-	-	-	-	3.175	-
Máquinas e equipamentos	17.658	190	(203)	-	(7.622)	10.203	
Veículos e equipamentos	32.572	-	(7.229)	-	(136)	25.317	
Intangível em andamento	31.279	14.255	-	(1.370)	-	(22.549)	
Licença e direito de uso	5.024	-	43	-	-	2.518	
Carteira de clientes	1.690	-	-	-	-	1.690	
Software	31.011	496	(5)	2.421	(12)	(314)	
Direitos contratuais	26.518	-	-	-	(87)	26.431	
Ônus de concessão	2.000	-	-	-	-	2.000	
Desenvolvimento de negócios	2.742	-	-	-	-	(2.742)	
Mais valia de intangíveis:	69.143	-	-	-	-	69.143	
Licença e direito de uso - mais valia	2.908	-	-	-	-	2.908	
Metano gerado pelo aterro/projeto de biogás	357.599	-	-	-	-	357.599	
Relacionamento de clientes	3.500	-	-	-	-	3.500	
Destinação de chorume	-	-	-	-	-	-	
Agio por expectativa de rentabilidade futura:	-	-	-	-	-	-	
Solví	39.013	-	-	-	-	40.712	
Innova	398.721	-	-	-	-	398.721	
Essencis	106.288	-	-	-	-	106.288	
CRVR	16.742	-	-	-	-	16.742	
Loga	10.122	-	-	-	-	10.122	
Piuaí Ambiental	6.051	-	-	-	-	6.051	
Ecolar	3.083	-	-	-	-	3.083	
Macacé	4.250	-	-	-	-	4.250	
Ecolar	28.151	-	-	-	-	28.151	
Incineriação	3.946	-	-	-	-	3.946	
Remediação	6.624	-	-	-	-	6.624	
	1.386.526	14.941	(7.572)	3.014	1.464	(50.408)	

|--|

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Contas a receber						
Essencia MG Soluções Ambientais S.A.	73	42	545	149	(1.282)	138
Catariense Engenharia Ambiental S.A.	38	48	-	-	444	(385)
Afenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	51	10	-	-	288	(298)
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	16	22	-	-	200	(185)
Resíduo Zero Ambiental S.A.	144	152	-	-	339	(299)
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	322	1.145	-	-	1.215	(1.071)
Boechar do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda	46	3.419	46	826	(701)	-
Essencis BA S.A.	-	-	-	-	4	-
Ambiototal S.A.	178	-	-	-	-	-
Biométrica Energia S.A.	1.323	1.478	35	464	393	-
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	-	-	-	-	-	(1.250)
Logística Ambiental Mediterrânea S.A.	-	-	97	-	-	-
LimpAr Rosaria	126	-	-	-	126	-
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	-	-	644	-	-	-
Outros	461	10.182	2.832	10.693	2.472	806
Outras partes relacionadas	2.778	16.498	4.199	11.310	5.021	(3.446)
Instituto Solvi	-	225	-	-	-	-
AFAC	-	225	-	-	-	-
Boechar do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda	-	35.098	687	-	-	-
Outros	-	35.098	687	-	-	-
Serviços prestados e reembolsos						
Outros	-	607	-	15	-	-
Subtotal	2.778	52.428	4.886	11.325	5.021	(3.446)
Serviços prestados e reembolsos	3.476	3.481	-	-	-	-
Outros	3.476	3.481	-	-	-	-
Mútuos						
Biométrica Energia S.A.	-	5.250	-	1	-	(74)
Essencia MG Soluções Ambientais S.A.	-	-	-	48	-	(221)
Boechar do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda	-	-	-	449	-	10.369
Consórcio Águas de San Martin (70%)	3.013	7.147	-	-	-	-
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	255	-	-	-	-	(8)
Outros	3.157	837	2.118	313	-	(1.186)
Total	6.425	13.234	2.118	811	2.118	8.880
Circulante	9.203	65.662	7.002	12.136	5.021	5.434
Não circulante	2.841	20.204	4.199	11.310	-	-
Encargos	9.838	48.939	2.803	826	-	-
Total	12.679	69.143	7.002	12.136	-	-

	Consolidado					
	2022		2021		2022	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	12.356	12.333	13.234	13.651	-	-
Aplicação	353	1.540	353	1.850	-	-
Juros	606	212	606	1.602	-	-
Recebimento de juros	(6)	(26)	(6)	(118)	-	-
Recebimento do principal	(553)	(1.189)	(553)	(1.227)	-	-
Encargos	54	37	54	131	-	-
Varição Cambial	(758)	532	(758)	-	-	-
Movimentos relacionados a capital	(1.732)	(1.083)	(6.505)	(2.655)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.320	12.356	6.425	13.234	-	-

	Consolidado					
	2022		2021		2022	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	73.706	10.664	811	2.158	-	-
Captação	90.557	77.607	9.865	325	-	-
Juros	2.980	2.232	402	6	-	-
Pagamento de juros	-	(363)	(191)	(22)	-	-
Pagamento do principal	(14.870)	(16.325)	(5.580)	(1.213)	-	-
Encargos	708	(109)	766	(943)	-	-
Varição cambial	368	-	-	-	-	-
Movimentos relacionados ao capital	(132.353)	-	(3.270)	500	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	21.096	73.706	2.803	811	-	-

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração: A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$13.910 em 31 de dezembro de 2022 (R\$8.159 em 31 de dezembro de 2021).

	Consolidado					
	2022		2021		2022	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Salário	-	728	40.662	40.975	-	-
Encargos trabalhistas	4	879	17.206	22.623	-	-
Férias	-	1.433	54.434	66.718	-	-
Participação nos resultados	-	1.534	15.116	28.603	-	-
Outros	-	7.242	-	-	-	-
Total	4	4.574	134.760	158.919	-	-

Planos de contribuição definida: Aos funcionários que aderem, a Companhia e suas controladas providem plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houveram os custos com a manutenção do plano na controladora, no consolidado foi R\$489 (R\$81 na controladora e R\$86 no consolidado em 31 de dezembro de 2021), os quais foram reconhecidos diretamente ao resultado. **Participação nos resultados:** Algumas controladas constituíram provisão para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, não houveram custos na controladora e no consolidado o valor de R\$15.116 em 31 de dezembro de 2022 (não houve custo na Controladora e R\$28.603 no consolidado em 2021).

	Consolidado					
	2022		2021		2022	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Salários	-	728	40.662	40.975	-	-
Encargos trabalhistas	4	879	17.206	22.623	-	-
Férias	-	1.433	54.434	66.718	-	-
Participação nos resultados	-	1.534	15.116	28.603	-	-
Outros	-	7.242	-	-	-	-
Total	4	4.574	134.760	158.919	-	-

Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a) Provisão para fechamento e pós fechamento de ativo (b) Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro (c) Provisão para indenização em venda de investida (d) Provisão para obrigações contratuais futuras

	Consolidado					
	2022		2021		2022	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Salários	-	728	40.662	40.975	-	-
Encargos trabalhistas	4	879	17.206	22.623	-	-
Férias	-	1.433	54.434	66.718	-	-
Participação nos resultados	-	1.534	15.116	28.603	-	-
Outros	-	7.242	-	-	-	-
Total	4	4.574	134.760	158.919	-	-

a) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: O Grupo Solvi é parte em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

Empresa	Número de Processo	Tipo de Objeto	Consolidado							
			2022		2021		2022			
			2022	2021	2022	2021	2022	2021		
Solví Participações S.A.	10880.983248/2020-47	PER/DICOMP não homologada proveniente de saldo negativo de IRPJ, Exercício 2016 (período 2015)	1.137	1.369	77.159	71.221	-	-	203.890	185.934
Solví Participações S.A.	10880.942691/2021-49	PER/DICOMP não homologada proveniente de saldo negativo de IRPJ, Exercício 2017 (período 2016)	-	-	-	-	-	-	15.514	21.153
Solví Essencis Ambiental S.A.	Execução Fiscal nº 0111581-74.2013.8.19.0029	J, com objetivo de executar a CDA constituída sob fundamento de suposto descumprimento de obr de pré-executiva, considerando que a Solví Essencis Ambiental goza de isenção de ISS até o aza a execução judicial. Em maio/2022, o Juiz decidiu por inadmitir a exceção de pré-executividade, fim de evitar ordem de bloqueio, penhora, ou qualquer constrição de bens da Companhia. Ainda, a v. o. oposição de Embargos à Execução Fiscal, o qual pende de julgamento.	29.952	38.153	29.952	38.153	-	-	2.629	54
Rio Grande Ambiental - Sem De Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S. A.	Execução Fiscal nº 5010136-42.2020.8.21.0023	Execução fiscal de valores supostamente recebidos a maior pela Rio Grande Ambiental, na vigência do contrato de concessão. Débito originário da liquidação do Contrato de Concessão, com base em apuração realizada por órgão técnico do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Em julgamento definitivo, o plenário do TCE/RS afastou parte do suposto "débito". Com base nessa alegação, foi apresentada pela RGA Exceção de Pré-Executividade, considerando ainda que não houve condenação à restituição de valores pelo TCE, que determinou a realização de perícia técnica para nova apuração, em novo procedimento administrativo. A execução fiscal foi suspensa por decisão judicial, até o julgamento da exceção apresentada pela RGA.	31.089	39.522	329.143	316.515	-	-	-	-
Revita Engenharia S.A.	Ação Civil Pública nº 52.2014.8.13.0433	Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais na qual são questionados supostos atos de improbidade administrativa, que teriam hipoteticamente favorecido particulares na Concorrência nº 12/2009. Em 22/10/2014, foi deferido o pedido de liminar do MP para indisponibilizar os bens encontrados pelo RENA, JUD e no CRJ. Apresentamos o pedido de substituição da penhora pelo Seguro Garantia que, inicialmente, foi indeferido pelo Juiz. Após análise do seguro garantia pelo MP, foi determinado que fosse apresentado novo seguro garantia para assegurar a condenação no valor da condenação atualizado até 2022. Já foi apresentado o novo seguro garantia com as condições impostas pelo Juiz. Paralelamente, em 02/09/2016 foi juntada aos autos a Defesa Prévia da Revita. Em março/2020, foi admitida pelo Juiz a ação de improbidade administrativa, determinando a citação de todos os Réus. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.	-	-	-	-	-	-	-	-
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga	Ação indenizatória nº 15758.720024/2021-36	Trata-se de ação indenizatória movida por dois fazendeiros, visando o ressarcimento de danos materiais, lucros cessantes e morais decorrentes a suposta alegação de que houve falha do fertilizante produzido pela Organoste Aracruz S.A., antiga controlada da Organosolvi, que resultou na perda das suas respectivas plantações. O processo encontra-se em fase de julgamento.	-	-	-	-	-	-	-	-
Gri Koleta Ambiental	Ação indenizatória nº 1021131-15.2017.8.26.0100	Ação indenizatória em razão dos prejuízos (danos emergentes e lucros cessantes) decorrentes do encerramento da relação locatícia estabelecida entre as partes referente ao imóvel localizado na Avenida do Estado, n. 6.495, Moca, de propriedade da autora. A Mofarrej requereu reparação de dano ambiental causado ao terreno do imóvel e de dano estrutural causado ao imóvel e indenização por danos emergentes e lucros cessantes até a finalização das obras de reparação do dano ambiental. Em 19/05/2022, foi proferida sentença reconhecendo a extinção da relação locatícia na data defendida pelos réus, porém condenando-os ao pagamento de indenização por danos estruturais ao imóvel no valor de R\$ 1.312.225,94 (para outubro/2019), por danos emergentes (tributos, luz, água e serviço de vigilância) em que o custeio for comprovado, no período entre maio/2015 e fevereiro/2022, e lucros cessantes aferidos entre o período de término	-	-	-	-	-	-	-	-

Ação indenizatória em razão dos prejuízos (danos emergentes e lucros cessantes) decorrentes do encerramento da relação locatícia estabelecida entre as partes referente ao imóvel localizado na Avenida do Estado, n. 6.495, Moca, de propriedade da autora. A Mofarrej requereu reparação de dano ambiental causado ao terreno do imóvel e de dano estrutural causado ao imóvel e indenização por danos emergentes e lucros cessantes até a finalização das obras de reparação do dano ambiental. Em 19/05/2022, foi proferida sentença reconhecendo a extinção da relação locatícia na data defendida pelos réus, porém condenando-os ao pagamento de indenização por danos estruturais ao imóvel no valor de R\$ 1.312.225,94 (para outubro/2019), por danos emergentes (tributos, luz, água e serviço de vigilância) em que o custeio for comprovado, no período entre maio/2015 e fevereiro/2022, e lucros cessantes aferidos entre o período de término do contrato (maio/2015) e a remediação do dano ambiental (fevereiro/2022) no equivalente ao valor do último aluguel vigente quando do encerramento da locação, tudo corrigido pela tabela prática do TJSP e com juros de mora legais a contar da citação. Interpostaação e aguardando seguimento do feito.

Processo administrativo sancionatório, instaurado pela Prefeitura Municipal de São Carlos/SP para apuração de supostas irregularidades na execução do Contrato de Parceria Público Privada nº 119/10. A decisão final do processo administrativo aplicou multa de 20% do valor total do contrato à empresa. Foi proposta ação judicial pela São Carlos Ambiental (Processo 1002833-90.2021.8.26.0566) para anulação desta multa, sob responsabilidade do escritório Duarte Garza. Por decisão judicial, foi suspensa a aplicação/execução da referida multa. O processo judicial aguarda a conclusão de perícia técnica/ambiental.

Ação monitoria em que a empresa de locação de maquinários autora alega o mau uso da Essencis em equipamentos locados causaram avarias que não correspondem ao desgast natural dos equipamentos. Devidamente contestada a ação, aguarda-se produção de perícia.

Ação de rescisão contratual cumulada com cobrança. Autora alega que o contrato se prorrogou por tempo indeterminado e requer indenização pelos maquinários locados e cobrança de aluguel durante determinado período posterior ao suposto prorrogado da locação. Afirma ainda que a sócia controladora seria corresponsável pela dívida. Apresentada defesa, aguarda-se prosseguimento do feito e início da instrução probatória.

Execução Fiscal ajuizada em 01/04/2020 visando a cobrança de supostos créditos de ITBI. Apresentados Embargos à Execução, aguarda-se movimentação.

Trata-se de execução fiscal por multa ambiental lavrada pela CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, por suposta dispersão de odor decorrente das operações do aterro sanitário. Após o fim do processo administrativo, em sede judicial, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo iniciou a execução fiscal, pela multa arbitrada, sendo objeto de embargos à execução pela Solví Essencis. A defesa sustenta que a multa aplicada não observou o rigor técnico necessário, na medida em que não foi realizada a perícia técnica para verificar se houve qualquer irregularidade na operação do empreendimento, assim como, se houve a suposta dissipação de odor.

b) Provisão para fechamento de aterro: **Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário:** A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e às atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais. De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam a cobrir os custos de execução da cobertura final das áreas ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano, atualizando-se os dados com base na área de cobertura já realizada e a que está por fazer. Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, destacando-se: • O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração do percolato do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes; • Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolato, sistemas de tratamento de percolato, etc.); • Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias; • Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolato gerado; • Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro; • Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.); • Custos de tratamento de percolato; e • Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado. A provisão de pós-fechamento do aterro, registrada nas demonstrações financeiras ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual). O Grupo Solvi reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários no montante de R\$203.890 e R\$185.934 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 11,23% ao ano (9,54% ao ano 2021).

A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da Administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil. Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no exercício:

	2022	2021
Saldo inicial	185.934	159.131
Constituição de provisão	22.111	30.767
Reversão / realização da provisão	(4.155)	(3.964)
Saldo final	203.890	185.934

c) Provisão para recuperação operacional do sistema de aterro

	2022	2021
Saldo inicial	2022	2021
Constituição de provisão	8.915	16.398
Reversão / realização da provisão	4.758	3.573
Saldo final	203.890	185.934

Guamã Valorização de Resíduos (a) CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Battrre - Bahia Transf. e Trat. de Resíduos SCA - São Carlos Ambiental Outras

a) Refere-se a gastos futuros com o tratamento do chorume depositado em lagoas. A provisão é revertida de acordo com a realização do efetivo gasto, mediante a contabilização dos documentos fiscais hábeis correspondentes. A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	2022	2021
Constituição de provisão	1.766	6.061
Reversão da provisão	(7.405)	(20.204)
Sal		



SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.
C.N.P.J. nº 02.886.838/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2021		Resumo dos principais contratos de concessão.												
Batfre	RGA	SCA	SBC	Total	Controladoras - principais contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Outras condições relevantes	Aditivos ao contrato original
Centrais de tratamento de resíduos - aterros: Aterro e infra em aterros	3.952	11.800	4.769	-	20.521									
Estações de tratam. e redes de distrib. de água:														
Benfeitorias em bens de terceiros	1.263	1.831	75	-	3.169									
Máquinas e equipamentos	6.838	2.521	778	2.282	12.419									
Veículos e equipamentos	1.115	3.134	1.108	22.599	27.956									
	13.168	19.286	6.730	24.881	64.065									
34.2 Ativo financeiro de concessão: O Grupo Solví reconhece um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento. Desta forma o Grupo Solví registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:														
		2022		2021										
Transbordio		4.015		6.432										
Edificações		324		324										
Benfeitorias		1.520		1.520										
Conteineres		4.109		4.808										
Centros de triagem		2.099		3.268										
RSSS Unid. Treinamento		3.506		5.616										
Tr. Anhangueira		2.370		3.662										
Col. Mecanizada		71		71										
Ajuste a valor presente		(2.263)		(4.415)										
		15.751		21.286										
Circulante		5.824		5.824										
Não circulante		9.927		15.462										

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			DIRETORIA EXECUTIVA			CONTADOR		
Carlos Leal Villa Presidente	Fernando Lima Rocha Lohmann Conselheiro	Olga Stankevicius Colpo Conselheira	Celso Pedroso Diretor Presidente	Alizio da Rocha Coelho Neto Diretor Financeiro		Carlos Alberto Vieira Contador - CRC 1SP206556/0-0-S-RS		
Albérico Machado Mascarenhas Conselheiro	Denise Pauli Pavarina Conselheira	Marcelo Moses de Oliveira Lyrio Conselheiro	Eduardo Alves Rodrigues Diretor Jurídico, de Compliance e de Gestão de Riscos	Ricardo Castro Lyra Diretor de Desenvolvimento Organizacional e Gestão de Pessoas				

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Solví Participações S.A. - São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solví Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases
Reestruturação societária
Chamamos a atenção para a reestruturação societária ocorrida em 30 de junho de 2022, onde a Companhia aportou capital em sua controlada Solví Essência Ambiental S.A., constituído da transferência de ativos e passivos, impactando a comparabilidade da posição patrimonial e financeira individual do exercício corrente e valores correspondentes, conforme descrito na nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Atividades operacionais da controlada indireta Vega Engenharia Ambiental S.A. (Sucursal Bolívia)
Chamamos a atenção a nota explicativa 1.3 às demonstrações financeiras que descreve que a controlada indireta Vega Engenharia Ambiental S.A. (Sucursal Bolívia) teve o seu contrato de prestação de serviços junto ao seu único cliente findo em dezembro de 2022, e desde essa data a Sucursal Bolívia encontra-se inativa, até que todos os trâmites necessários para seu devido encerramento sejam concluídos. Conforme descrito na referida nota explicativa as demonstrações financeiras, a Sucursal Bolívia possui um contas a receber de R\$95.966 mil junto com o cliente, o qual na avaliação da administração não há expectativa de perdas. Adicionalmente, as demonstrações financeiras da Sucursal Bolívia foram elaboradas levando em consideração a base contábil de liquidação e, portanto, as demonstrações financeiras da Companhia a reboque deste investimento, devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Ênfases", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade dos ativos intangíveis - Ágio
A Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta conta era R\$573.226 mil, como divulgado na Nota Explicativa 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, a avaliação do modelo de fluxo de caixa descontado e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia. As premissas de margem e das taxas de crescimento utilizadas pela Companhia nas projeções foram comparadas com aquelas reportadas ou estimadas por empresas similares em adição a outros procedimentos executados para avaliar a razoabilidade destas premissas e a integridade das informações utilizadas pela Companhia para elaborar os modelos. Focamos também na adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperação, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ágio. Nós envolvemos nossos profissionais especializados em avaliação nestes procedimentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura preparados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura na Nota Explicativa 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário
Como consequência das operações a Companhia e suas controladas assumem obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de seus aterros sanitários, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, conforme divulgado na Nota Explicativa

24. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como os gastos necessários para a cobertura final do aterro e diversos serviços específicos como: drenagem, coleta e tratamento de chorume, coleta e tratamento de biogás, tomada de amostras e análise laboratorial das águas subterrâneas e superficiais e manutenção da infraestrutura existente.

Devido à relevância da provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários e ao nível de julgamento para determinação da sua estimativa que pode impactar o valor desta provisão nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros:

- Com auxílio de nossos especialistas nas áreas ambiental e de sustentabilidade, avaliamos a razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas, dos volumes de capacidade considerados em relação as licenças ambientais e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente;
- Avaliamos, em base amostral, as evidências dos gastos necessários para cobertura final do aterro e dos serviços específicos acima mencionados utilizados para estimar os compromissos futuros para as fases de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários; e
- Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para fechamento e pós-fechamento de aterro sanitário, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento da provisão da Companhia, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

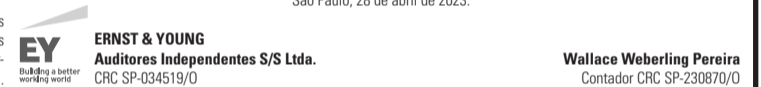
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 30/05/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Aceso também através do link: <https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F551-B4ED-0AE8-95E5> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F551-B4ED-0AE8-95E5



Hash do Documento

A5B62E2D62FA844B8FAAB1BB60FC2355E2EA72D42C63323E1C53DEB03B40F206

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/05/2023 é(são) :

Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 30/05/2023 04:53 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D2DA-E91B-75B2-CA33> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D2DA-E91B-75B2-CA33



Hash do Documento

44575000063463D268F66001862B6E9A32E5C0B765695B5B4E653B9C2C2B4CD6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/05/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 30/05/2023 04:53 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4881-0A10-77B5-45D1> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4881-0A10-77B5-45D1



Hash do Documento

AFB5D8EEA4648A59C2E071FD40271A5819CEA0650C1D45D147CE080EA58639A7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/05/2023 é(são) :

Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 30/05/2023 04:53 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



ADS FOR CONTENT SERVIÇOS DE MÍDIA S.A.

CNPJ n. 15.665.385/0001-83
NIRE n. 35.300.459.598

Termo de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do artigo 9º e seguintes do Estatuto Social vigente e do artigo 124 e seguintes da Lei nº 6.404/76, convocamos todos os acionistas da ADS FOR CONTENT SERVIÇOS DE MÍDIA S.A. (a companhia), com sede fiscal na Rua Flórida, nº 1670, Conjunto 52, 5º Andar, Itaim Bibi e CEP 04565-001, a participarem de uma videoconferência, para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, no dia 02/06/2023, às 14:00 hs, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) discutir, deliberar e aprovar a eleição dos membros da Diretoria. O horário de votação começa no início da assembleia e terminará até às 15:00 hs do mesmo dia. Após este horário, não serão permitidos novos votos, exceção feita aqueles que tiverem assinado o livro de presença até às 14:45 hs. Se mais para o momento e contando com a presença de todos. São Paulo, 26/05/2023. Pedro Manso Cabral Filho – Diretor da ADS FOR CONTENT SERVIÇOS DE MÍDIA S.A.

LBR - Lácteos Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.341.881/0001-30 - NIRE 35300455096

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária E Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas da **LBR - Lácteos Brasil S.A.** ("Companhia") para se reunirem no dia 29 de junho de 2023, às 9h30min, a qual será realizada na sede da Companhia, localizada na Rua Cláudio Soares, 72, 3º andar, conjunto 313, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGO"), a serem realizadas cumulativamente, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (A) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas da diretoria, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório do auditor independente, bem como das respectivas notas explicativas da Administração, dispensando-se a presença do representante dos auditores independentes. (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2022. (B) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iii) Deliberar acerca da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. **Informações Gerais:** - O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGOE munido de documento que comprove sua identidade e seus poderes de representação, conforme o caso. - Nos termos do artigo 121, Parágrafo Segundo da Lei nº 6.404/1976, o acionista poderá participar e votar a distância mediante ingresso através da plataforma digital de videoconferência Zoom, São Paulo, 23 de maio de 2023. **Renato de Andrade e Jean-Marc Benaron** - Diretores sem Designação Específica.

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ/MF nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35.300.059.361

Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas Casa de Saúde Santa Rita S.A., sociedade anônima, com sede na Rua Cubatão, 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.882.289/0001-41 ("Companhia"), vem informar, a seus acionistas, que a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia convocada para 29 de maio de 2023, às 11 horas, foi cancelada em razão de alteração de sua ordem do dia. Desse modo, ficam convocados os acionistas de **Casa de Saúde Santa Rita S.A.** ("Companhia") para se reunirem no dia 05 de junho de 2023, às 11 horas, em assembleia geral extraordinária **A Ser Realizada na Sede da Companhia ("Assembleia")**, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) consignar a renúncia do atual Diretor sem designação específica da Companhia; (ii) destituição do atual Diretor Presidente da Companhia; (iii) eleição do novo Diretor Presidente da Companhia; e (iv) ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados à matéria acima. **Instruções aos Participantes:** Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, bem como, se for o caso, a documentação societária comprovando os poderes do respectivo representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantarita.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo/SP, 27 de maio de 2023. **Leandro Yasuda Carreira** - Diretor Financeiro.

SEQUIOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

(Companhia Aberta)

CNPJ/MF nº 01.599.101/0001-93 - NIRE nº 35.300.501.497

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas da Sequioia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada, em segunda convocação, no dia 07 de junho de 2023, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("Plataforma Digital") para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia" ou "AGE"): 1. Deliberar sobre a mudança do Estatuto Social da Companhia mediante a alteração dos artigos 5º, *caput*, 6º, *caput*, 48, *caput*, 49, §§ 4º e 6º; e 53, alíneas (a) e (b), nos termos descritos na Proposta da Administração; e 2. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Procedimentos para participação:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Assembleia divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração"). Dessa forma, a participação do acionista somente poderá se dar via Plataforma Digital para participar e votar na Assembleia. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), o acionista pode participar ou ser representado na Assembleia: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos, (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e, em qualquer caso, de acordo com as regras da legislação aplicável. **Acionistas cadastrados para a Assembleia em primeira convocação:** o acionista ou seu representante legal que já tiver realizado o cadastro na Plataforma Digital para participação na Assembleia em primeira convocação, conforme o manual e proposta da administração divulgados no dia 05 de maio de 2023, não precisará realizar novo cadastro para participação na Assembleia em segunda convocação. Assim, para participarem, os acionistas já cadastrados deverão acessar a Plataforma Digital na nova data da Assembleia por meio de link que receberam por ocasião de seu cadastro para a primeira convocação, com a antecedência informada na Proposta da Administração. **Acionistas não cadastrados para a Assembleia em primeira convocação:** o acionista ou seu representante legal objetivando assegurar a sua participação na Assembleia, deverá acessar o site da Plataforma Digital, no endereço <https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal/#/?id=95C0E08ECA01>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 05 de junho de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Encontram-se à disposição dos acionistas no Departamento de Relações com Investidores da Companhia, na Cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Vila Bonfim, CEP 06806-400 e nos *websites* da Companhia (<https://ri.sequiolog.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das S.A. e da RCVM 81/22.

Embu das Artes-SP, 30 de maio de 2023

GREGORY LOUIS REIDER

Presidente do Conselho de Administração

Ingazinho Investimentos S.A.

CNPJ 34.859.183/0001-17

NIRE 35300541529

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: em 29 de abril de 2023, às 10h00, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, conjunto 13-C, Jardim Europa, em São Paulo (SP). **MES:** Maria Alice Setubal (Presidente), e Fernando Setubal Souza e Silva (Secretário). **QUORUM:** acionistas representando a totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCÇÃO:** dispensado (5º do Artigo 124 da Lei 6.404/76). **PRESEÇA LEGAL:** administradores da Sociedade (5º do Artigo 134 da Lei 6.404/76). **ORDEM DO DIA:** tomar as contas dos administradores e examinar o balanço de 31.12.2022. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** os acionistas deliberaram, por unanimidade: (i) aprovar as Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022, publicadas nesta data no "Jornal O Dia SP" (pág. 21) e simultaneamente divulgadas na página do mesmo jornal na internet; e (ii) homologar a destinação do prejuízo apurado no exercício de 2022, no montante de R\$ 50.550,29, para "Prejuízos Acumulados". **CONSELHO FISCAL:** não houve manifestação do Conselho Fiscal, por não se encontrar em funcionamento. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE:** Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2022. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 29 de abril de 2023. (aa) Maria Alice Setubal - Presidente da Assembleia; Fernando Setubal Souza e Silva - Secretário da Reunião. Acionistas: Fernando Setubal Souza, Guilherme Setubal Souza e Silva, Tide Setubal Souza e Silva e Maria Alice Setubal, na qualidade de usufrutuária de ações de Fernando Setubal Souza e Silva, Guilherme Setubal Souza e Silva e Tide Setubal Souza e Silva Nogueira. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 29 de abril de 2023. (aa) Maria Alice Setubal - Presidente da Assembleia e Diretora Presidente; Fernando Setubal Souza e Silva - Secretário da Assembleia. JUCESP sob nº 200.381/23-4, em 17.05.2023. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D601-65CC-381D-13B6> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D601-65CC-381D-13B6



Hash do Documento

46B6A3D946D937E0B596A832478249920CA47A76282F3223C5B8907178EE3826

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/05/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 30/05/2023 10:26 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

